

V O T O

O Senhor Ministro Roberto Barroso (Relator):

1. A presente investigação se iniciou após declarações dos colaboradores João Carlos Lyra, Eduardo Freire Bezerra Leite e Arthur Roberto Lapa Rosal. O relatório do inquérito policial narrou dois supostos contextos criminosos: (i) a realização de dois empréstimos para financiamento de campanhas eleitorais de candidatos em municípios de Pernambuco, inclusive as de Fernando Bezerra de Souza Coelho Filho à Prefeitura de Petrolina/PE, em 2012, e para o cargo de Deputado Federal, em 2014; e (ii) a realização de vários repasses de empreiteiras, somando mais de dois milhões de reais, ao Senador Fernando Bezerra de Souza Coelho, entre 2012 e 2014, sem aparente finalidade de financiar campanha eleitoral.

2. De acordo com a Polícia Federal, o principal interlocutor dos interesses do Senador Fernando Bezerra junto aos colaboradores era Iran Padilha Modesto. No primeiro contexto criminoso (item “i”, acima), a autoridade policial afirma que Iran Padilha Modesto, a mando do Senador Fernando Bezerra de Souza Coelho, então Ministro da Integração Nacional, solicitou dois empréstimos a João Carlos Lyra Pessoa de Mello Filho e Eduardo Freire Bezerra Leite para financiamento de campanhas eleitorais de seus coligados e de Fernando Bezerra de Souza Coelho Filho à Prefeitura de Petrolina-PE e à sua reeleição como Deputado Federal. O primeiro empréstimo teria sido feito em 2012, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), e o segundo, em 2014, no valor de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais). O primeiro empréstimo teria sido pago via Construtora OAS S.A., que possuía contratos financiados com recursos do Ministério da Integração Nacional, mas o segundo teria sido inadimplido, segundo a investigação.

3. Com relação ao empréstimo realizado em 2012, a Polícia Federal apurou que o colaborador João Carlos Lyra Pessoa de Mello Filho operacionalizou o repasse dos valores por meio de cheques, transferências bancárias e dinheiro em espécie. Os cheques e transferências teriam favorecido empresas e pessoas que possuíam ligação com o Senador Fernando Bezerra de Souza Coelho. O inquérito apontou que uma das empresas favorecidas teria sido a Bari Veículos Ltda., que recebeu R\$ 322.000,00 (trezentos e vinte e dois mil reais) do esquema e possuía como

sócio um primo do Senador Fernando Bezerra. Na visão da autoridade policial, no entanto, o real administrador era o próprio Senador, conforme as planilhas de gestão encontradas no computador de seu Gabinete (fls. 1389-1392 e 1436-1441) e mensagens em que o investigado era consultado sobre decisões administrativas a serem tomadas (fls. 987-1022 e 3653). As investigações concluíram que o empréstimo teria sido quitado pela Construtora OAS S.A. a partir de 2013, via Construtora Barbosa Mello S.A (fls. 3694-3712), por meio de contratos fictícios entre esta e a empresa Câmara & Vasconcelos, controlada pelo colaborador José Carlos Lyra.

4. O inquérito policial também identificou um segundo suposto contexto criminoso, que consistiria em repasses sem aparente finalidade de financiar campanha eleitoral, por parte de diferentes empreiteiras, de mais de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ao Senador Fernando Bezerra de Souza Coelho, entre 2012 e 2014 (item “ii”, acima). A autoridade policial descreveu a operacionalização de parte dos repasses da seguinte forma. O colaborador João Lyra, por meio de suas empresas, gerava notas fiscais “frias” (relativas, por exemplo, a serviços não prestados) para a OAS, embasando a saída de dinheiro em espécie da empreiteira para o esquema criminoso. Os valores eram, então, repassados em espécie para Iran Padilha Modesto ou transferidos a beneficiários ligados ao então Ministro Fernando Coelho Bezerra (por exemplo, a Bari Veículos Ltda., que, segundo a investigação, era administrada de fato por ele – fls. 987-1022; 1389-1392; 1436-1441; e 3653).

5. Ao longo da investigação, a Procuradoria-Geral da República formulou inúmeros pedidos de prorrogação de prazo para a conclusão do inquérito sob o argumento de existência de evidências encontradas pela Polícia Federal e da necessidade de novas diligências para subsidiar a *opinio delicti* (fls. 3021) . Em sua última manifestação nos autos (fls. 2999), antes do pedido de arquivamento quanto ao Senador Fernando Bezerra de Souza Coelho, assim se pronunciou o Ministério Público :

“Resumindo, as investigações efetivadas até o momento dão conta de que FERNANDO BEZERRA, então Ministro da Integração Nacional, solicitou e recebeu para si e para seu filho, o Deputado Federal FERNANDO BEZERRA FILHO, vantagens indevidas pagas pela Construtora OAS S.A, em virtude dessa empreiteira estar a cargo da execução de alguns lotes nas obras de transposição do Rio São Francisco, patrocinadas por aquele Ministério.

Da mesma forma, FERNANDO BEZERRA teria dissimulado a origem dos valores recebidos diretamente de infração penal, por meio de um esquema de lavagem de capitais, envolvendo empresários, pessoas jurídicas, operadores e outros políticos.”

6. Pelo contexto narrado, os supostos crimes foram cometidos entre janeiro de 2011 e outubro de 2013, quando Fernando Bezerra de Souza Coelho ocupava o cargo de Ministro da Integração Nacional. Assim, as condutas não possuem qualquer relação com o seu cargo atual de Senador, assumido em 2015.

7. Com relação a Fernando Bezerra de Souza Coelho Filho, a Polícia Federal afirma que os alegados empréstimos feitos pelos colaboradores às campanhas eleitorais do investigado em 2012 e 2014 não teriam sido declarados à Justiça Eleitoral, prática que configuraria, em tese, o crime do art. 350 do Código Eleitoral (falsidade ideológica eleitoral). Esse tipo penal, no entanto, não possui relação com as funções inerentes ao exercício do mandato parlamentar de Deputado Federal, conforme jurisprudência do STF (Pet 7.994, sob minha relatoria, j. em 20.02.2019; Rcl 33.397, Rel. Min. Luiz Fux, j. em 26.02.2019; Inq 4.399-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. em 07.12.2018).

8. Inexistindo relação entre as supostas condutas e as funções atuais dos investigados, também se encerra a competência desta Corte (AP 937 QO, sob a minha relatoria, Tribunal Pleno, j. em 03.05.2018). Diante disso, na decisão monocrática ora agravada, determinei o envio do inquérito à a) 4ª Vara Criminal da Subseção Judiciária de Recife/PE com relação ao Senador Fernando Bezerra de Souza Coelho; e b) Justiça Eleitoral do Estado de Pernambuco com relação ao Deputado Federal Fernando Bezerra de Souza Coelho Filho.

9. No presente agravo regimental, a defesa impugna apenas o declínio da competência com relação ao Senador Fernando Bezerra de Souza Coelho. Alega que a competência desta Corte para o caso restou prorrogada com a conclusão do inquérito e cita os seguintes precedentes: Inq 4.641 (sob minha relatoria, 1ª Turma, j. em 29.05.2018) e a Pet 7.990 AgR-segundo (Rel. Min. Marco Aurélio, Plenário, j. em 12.03.2021). Ao final, requer a análise e acolhimento do pedido de arquivamento feito pela Procuradoria-Geral da República e, subsidiariamente, na hipótese desta Corte entender que é

incompetente para análise do presente caso, o envio do inquérito à Justiça Eleitoral.

10. As alegações da defesa não procedem, pois os precedentes trazidos não guardam semelhança com a presente investigação.

11. No Inquérito 4.641 (sob minha relatoria, j. em 29.05.2018), a 1ª Turma decidiu, por maioria, prorrogar a competência da Corte para apreciar denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República em 14.11.2017 (doc. 29, fl. 4, dos autos do Inq 4.641). Em função da então recente mudança de jurisprudência proferida na AP 937-QO (sob a minha relatoria, Tribunal Pleno, j. em 03.05.2018), o Min. Alexandre de Moraes apresentou questão de ordem relativa à aplicação imediata desse novo entendimento aos processos em curso na Corte.

12. A 1ª Turma, por maioria, acompanhou a minha proposta de prorrogar a competência do STF nos casos em que o inquérito estivesse finalizado e com manifestação da PGR. Aplicou-se, por analogia, a tese estabelecida na AP 937-QO de que, encerrada a instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação das alegações finais, a competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo. Essa foi uma medida de eficiência processual para aquele momento de transição, evitando-se a repetição de atos no novo juízo competente ou, até mesmo, a prescrição dos crimes investigados. Ficou também consignado que, se fosse o caso de receber a denúncia, a Corte deveria declinar da competência para que o novo juízo competente prosseguisse com a instrução criminal. Esse entendimento foi reiteradamente aplicado por ambas as Turmas (v., e.g., Inq 4.343, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, j. em 26.06.2018).

13. Tal solução jurídica, no entanto, não se aplica ao presente caso, por uma razão singela: na espécie, o pedido de arquivamento do inquérito foi apresentado pela Procuradoria-Geral da República muito após o julgamento da AP 937-QO, em 03.05.2018. Não se pode fazer incidir aqui, portanto, regra de transição criada por esta Corte em razão do impacto da alteração jurisprudencial quanto ao alcance de sua competência criminal sobre os processos em curso à época.

14. Além disso, a decisão agravada objetivou dar tratamento isonômico a ambos os investigados com fundamento na orientação jurisprudencial da AP 937-QO. A manifestação conclusiva da Procuradoria-Geral da República requereu o arquivamento do inquérito com relação ao Senador Fernando Bezerra e o declínio da competência com relação ao Deputado Federal Fernando Bezerra Filho. O acolhimento integral de tais requerimentos ensejaria a prorrogação da competência do Supremo Tribunal Federal apenas com relação ao Senador, gerando tratamento desigual para investigados no mesmo inquérito. Destaco que, conforme o entendimento firmado no Inq 4.641, a prorrogação da competência deve ocorrer para todos envolvidos no inquérito, ainda que seja para receber a denúncia e, em seguida, declinar da competência para processamento da instrução penal no juízo de primeira instância.

15. O segundo julgado citado pela defesa é a Pet 7.990, cujo objeto era suposto fato criminoso noticiado em anexo de acordo de colaboração premiada (Rel. Min. Marco Aurélio, Redator para acórdão Min. Alexandre de Moraes, j. em 12.2.2021). A Procuradoria-Geral da República, ao se manifestar nos autos (18.02.2019), requereu o declínio da competência por entender que os fatos não tinham relação com o cargo então exercido pelo Deputado Federal Onyx Lorenzoni, conforme entendimento firmado na AP 937-QO. O Min. Marco Aurélio acolheu o requerimento da PGR e declinou da competência para a Justiça Eleitoral em 19.02.2019. A defesa, então, interpôs agravo regimental e, em contrarrazões, a PGR requereu o não provimento. A 1ª Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo (Rel. Min. Marco Aurélio, j. em 17.8.2020).

16. Em 03.08.2020, quatro dias antes do início do julgamento do agravo acima mencionado, a PGR juntou à Pet 7.990 pedido de homologação de Acordo de Não Persecução Penal-ANPP por ela firmado com o Deputado Federal Onyx Lorenzoni. O Min. Marco Aurélio, relator, declinou da competência, uma vez que a Corte também carecia de competência para a homologação. Essa decisão foi objeto de dois novos agravos, um da defesa e outro da PGR, os quais foram levados a julgamento no Plenário desta Corte em razão da mudança de competência das Turmas e do Plenário promovida pela nova redação do Regimento Interno do STF. O Plenário, por maioria, entendeu ser o caso de prorrogação da competência para a homologação do ANPP (Redator para o acórdão Min. Alexandre de Moraes, j. em 12.2.2021).

17. Esse julgado, todavia, também não guarda similitude com este processo. A prorrogação da competência na Pet 7.990 se deu apenas para homologar acordo de não persecução penal, que, destaco, não foi celebrado no âmbito do presente inquérito. Antes das partes firmarem o ANPP, a 1ª Turma, por unanimidade, manteve a decisão de declínio de competência para eventual deliberação e supervisão da investigação sobre os fatos narrados.

18. O ANPP é negócio jurídico processual firmado entre o Ministério Público e o investigado. Trata-se de instituto que visa a evitar a persecução penal, aumentando a eficiência processual, uma vez que, cumprido o acordo, extingue-se a punibilidade. A natureza da decisão judicial de homologação do acordo é meramente declaratória, inexistindo qualquer juízo de culpabilidade ou materialidade da conduta criminosa. Apenas no caso de descumprimento do acordo é que o Ministério Público se manifesta conclusivamente sobre os fatos, oferecendo a denúncia. Na Pet 7.990, o acordo foi totalmente cumprido poucos dias após a sua homologação, tendo o Min. Marco Aurélio declarado a extinção da punibilidade em 02.03.2021.

19. No presente inquérito, inexistente intenção de se firmar ANPP. Além disso, a decisão de arquivamento do presente inquérito não tem a mesma natureza da que homologou o ANPP na Pet 7.990. Ressalto que, até a juntada do ANPP àquele processo, a 1ª Turma por unanimidade declinou da competência sobre o feito com fundamento na AP 937-QO. Neste ponto específico, a presente decisão agravada está consistente com o precedente e com a própria AP 937-QO. A prorrogação da competência do STF é excepcional e deve ser interpretada de forma estrita.

20. Dessa forma, o presente inquérito não se enquadra nos parâmetros dos julgados trazidos pela defesa. O entendimento firmado no Inq 4.146 foi aplicado apenas para inquéritos concluídos antes da alteração jurisprudencial ocorrida na AP 937-QO. A prorrogação da competência para um investigado e o declínio da competência para outro investigado, no presente inquérito, implicaria tratamento desigual sem justificativa razoável. Com relação à Pet 7.990, a Corte apenas entendeu ser competente para a decisão de homologação de ANPP. Neste inquérito, as partes não apresentaram ANPP, de forma que o precedente citado e o presente caso não guardam qualquer similitude.

21. O arquivamento do inquérito, mesmo depois de se reconhecer que este Tribunal carece de competência e o Procurador-Geral da República de atribuição no feito, equiparar-se-ia à concessão de *habeas corpus* de ofício. Para tanto, seria necessário constatar situação de flagrante ilegalidade no mero prosseguimento das investigações, o que não verifico na espécie. À luz dos elementos apurados no presente inquérito policial e considerando que há outros investigados arrolados em inquérito na 4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Recife/PE, o órgão do Ministério Público e o Juízo, com atribuição e competência, devem deliberar a respeito da matéria, de maneira uniforme para todos os investigados.

22. A defesa também formula requerimento para que, caso a Corte entenda ser incompetente, o inquérito seja enviado à Justiça Eleitoral, dada a conexão entre crimes comuns e crimes eleitorais. No início da presente investigação, foi determinada a cisão do feito com relação aos demais envolvidos sem foro por prerrogativa de função, o que deu origem ao IPL nº 483/2017-SRPF/PE em trâmite perante a 4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Recife/PE (fl. 113 – doc. 130). A pluralidade das condutas supostamente criminosas apontadas pela autoridade policial indica que podem existir fatos conexos e não conexos com possíveis crimes eleitorais. Dessa forma, o declínio para a 4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Recife/PE tem o fim de garantir uniformidade de decisões a todos os investigados. Na decisão agravada, ressalvei a possibilidade de o juiz federal, em análise detalhada do caso e com base nos elementos probatórios produzidos nesta investigação e naquela lá em trâmite, declinar da sua competência se assim entender adequado (fl. 211 – doc. 150). Portanto, o presente requerimento da defesa deve ser apresentado à 4ª Vara Federal Criminal de Recife, juízo competente para o feito.

23. Diante do exposto, nego provimento ao agravo regimental.

24 É como voto.